

XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA – SÉCULOS XX-XXI

A industrialização dependente no Brasil e a ideologia do desenvolvimento

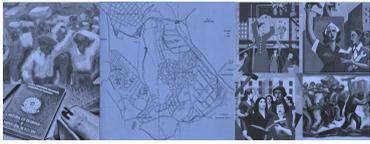
The dependent industrialization in Brazil and the ideology of development

Ian José Horta Gois da Silva; Universidade Federal Fluminense; ianhorta19@gmail.com
Jaime Ernesto Winter Hughes León; Universidade Federal do Rio de Janeiro; jaime.leon@ie.ufrj.br

RESUMO: Este artigo objetiva trabalhar de maneira sucinta o processo de industrialização brasileiro no século XX, de forma a articulá-lo com a ideologia do desenvolvimento existente no país principalmente a partir de 1950, o que culminaria em um processo de industrialização dependente. A metodologia deste trabalho se baseia em uma investigação descritiva e qualitativa a partir da dialética materialista, onde se busca encontrar as causas sociais dos fenômenos estudados. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica para uma conclusão crítica do fenômeno. Ancoramo-nos principalmente nos dados e estatísticas encontrados tanto na obra organizada por Abreu (2021) e por Araujo e Mattos (2021). Conclui-se que a industrialização brasileira foi dependente, visto o alto grau de financiamento externo, como IDEs, empréstimos e tecnologia, e que a ideologia do desenvolvimento foi fundamental para a aceitação acrítica desse processo, que resultou, finalmente, na desindustrialização brasileira.

Palavras-chave: Industrialização. Ideologia do desenvolvimento. Dependência.

ABSTRACT: The objective of this article is to briefly discuss the process of Brazilian industrialization in the 20th century, in order to articulate it with the ideology of development that existed in the country mainly from 1950 on, which would culminate in a process of dependent industrialization. The methodology of this work is based on a descriptive and qualitative investigation using the dialectical materialism, where the social causes of the phenomena studied are sought. Thus, literature review was made for a critical conclusion of the phenomenon. We anchored ourselves mainly on the data and statistics found both in the work organized by Abreu (2021) and by Araujo and Mattos (2021) We conclude that Brazilian industrialization was dependent, given the high degree of external financing, as FDI, loans and technology, and that the ideology of development was fundamental for the uncritical acceptance of this process that resulted on the Brazilian deindustrialization.



Keywords: Industrialization. Development Ideology. Dependence.

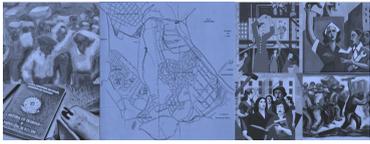
1. Introdução

O século XX foi um período de grandes transformações no mundo: tivemos as Guerras Mundiais, a Guerra Fria, o início e fim de Bretton Woods e os choques do petróleo, por exemplo; no caso brasileiro isso não foi diferente. Saindo de uma sociedade produtora de bens primários para exportação, o país atravessou o século com um processo de industrialização que parecia conter a possibilidade de superar o “subdesenvolvimento”, as mazelas sociais oriundas da colonização e do império, e de alcançar o que se entendia por “desenvolvimento”¹. Se é certo que o quadro de industrialização começa a ser revertido a partir da década de 1990, também é certo que, entre os anos de 1930 e 1980, houve um processo industrializante no país, ora intencional, ora involuntário.² O processo de industrialização que ocorreu ao longo desse período é chamado de Industrialização por Substituição de Importações (ISI).

Este artigo busca revisitar objetivamente o processo de industrialização do país, colocando em evidência a forma específica que este tomou no Brasil e os movimentos político-teórico e ideológico que o justificaram. Enxergamos este processo a partir da “modernização dos padrões de consumo”, de Furtado (1974). Deste modo, buscamos alicerçar o argumento de que a industrialização brasileira foi dependente e, portanto, incompleta, e passível de reversão, levada à cabo pelas políticas desenvolvimentistas e suas formas de financiamento, embasada na ideologia do desenvolvimentismo – a forma que a ideologia do desenvolvimento adquiriu no país (PRADO, 2020). A metodologia deste texto se dá a partir da dialética materialista, na tentativa de encontrar as causas sociais dos fenômenos observados, e da concepção materialista da história, que entende a história como construída de forma não teleológica, buscando as condições materiais que embasam esses processos e que possibilitam a reprodução material da forma de sociedade em questão.

¹ As teorias do desenvolvimento – deve-se dizer, desenvolvimento capitalista – passam a ser mais discutidas a partir do pós-2ª Guerra Mundial. A esse respeito, ver Prado (2020) e Bonente (2011).

² Uma discussão acerca da intencionalidade da política industrializante no Brasil, na década de 1930, pode ser encontrada em Fonseca (2013). O autor defende que houve intencionalidade no governo Vargas em prol do crescimento econômico e da industrialização no país, o que se observaria a partir de 1933 (FONSECA, 2013). Em verdade, o autor defende também que a consciência desenvolvimentista já existia desde 1928, no governo de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul (FONSECA, 2004).



Além desta introdução, mais quatro seções compõem este trabalho: na segunda seção, trataremos das premissas metodológicas envolvendo o que entendemos por desenvolvimento, ideologia do desenvolvimento e industrialização; na terceira seção, trabalharemos de maneira sucinta o início do processo de industrialização substitutiva a partir de 1930, apresentando a articulação com a nascente ideologia desenvolvimentista; na quarta seção, trataremos principalmente da economia brasileira a partir do governo de Kubitschek, explicitando o aprofundamento da dependência no período acompanhada pela complexificação ideológica do desenvolvimentismo; e a quinta seção traz as considerações finais.

2. Desenvolvimento, industrialização e história

Desenvolvimento é um termo em disputa. A partir de uma perspectiva marxista, Bonente (2014) explica a categoria desenvolvimento com base na reflexão de Lukács (1979). Segundo a autora, Lukács entendia que Marx utilizava a palavra “desenvolvimento” como “o aumento *objetivo* da complexidade como elemento regulador da dinâmica de funcionamento de objetos estruturados ao longo do tempo” (BONENTE, 2014, p. 277; *itálicos da autora*). Em outras palavras refere-se às propriedades dinâmicas de funcionamento do objeto examinado e a forma como relacionam-se entre si. Nesta lógica, o desenvolvimento capitalista seria o desenvolvimento das

leis que emanam da organização própria da economia regida pelo capital em sentido extensivo (i.e., para uma porção mais ampla do globo [...]) e/ou intensivo (comandando momentos mais amplos da convivência social, como a atividade artística, esportiva, relações afetivas etc.). (BONENTE, 2014, p. 278).

No entanto, segundo a autora, o desenvolvimento, dentro da ciência econômica, convencionalmente significa uma transição do pior para o melhor (BONENTE, 2014). Para Bonente (2014), falar em desenvolvimento, na teoria econômica, “envolve, necessariamente, um juízo sobre condições pretéritas, presentes ou futuras, realizado com base em determinados critérios pré-estabelecidos (produto *per capita*, expectativa de vida, nível de escolaridade etc.)” (BONENTE, 2014, p. 275).

Por outro lado, mas também dentro da tradição marxista, segundo Sampaio Jr. (1999, p. 64), “[o] grande desafio do desenvolvimento capitalista consiste em



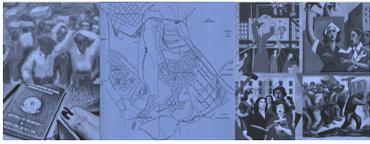
subordinar o processo de acumulação aos desígnios da sociedade”. Recuperando Celso Furtado, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr., a partir da perspectiva da formação nacional, o autor retoma a ideia do subdesenvolvimento brasileiro, e a partir de uma perspectiva crítica ao desenvolvimento capitalista busca entender, para parafrasear o subtítulo de sua obra, os dilemas que o capitalismo periférico³ e dependente brasileiro vive, dentro de seu processo de busca por uma ruptura de seu passado colonial. Sampaio Jr. diz que

a posição subalterna na economia mundial e a falta de controle social sobre o processo de acumulação comprometem as propriedades construtivas do capitalismo como motor do desenvolvimento das forças produtivas e exacerbam suas características anti-sociais, antinacionais e antidemocráticas. (SAMPAIO JR, 1999, p. 90).

Dessa forma, para o autor, o desenvolvimento capitalista no Brasil tem limites históricos e sociais importantes. A dependência externa e a segregação interna, entendida como dupla articulação por Florestan Fernandes ([1974] 2020), e o subdesenvolvimento, nas palavras de Sampaio Jr (1999), estariam indissociados do desenvolvimento capitalista no país, desenvolvimento este ligado ao padrão imperialista de acumulação e dominação referente à característica que o capitalismo intensificara no século passado, isto é, o capital financeiro enquanto agente de dominação político-econômica. A revolução burguesa⁴ no Brasil teria, deste modo, enquanto desenvolvimento e integração nacional fossem compatíveis (SAMPAIO JR, 1999, p. 214), uma função progressista e construtiva no cenário da dinâmica nacional. Por outro

³ Eventualmente, neste trabalho, utilizaremos os termos “desenvolvido” e “subdesenvolvido” entre parênteses, dada a crítica à própria ideia de desenvolvimento, descrita brevemente neste trabalho e melhor articulada por Bonente (2011). Dessa forma, eventualmente também utilizaremos o termo periférico como análogo a “subdesenvolvido”.

⁴ “Na concepção de Florestan Fernandes, a revolução burguesa é um processo histórico pelo qual se constituem as estruturas e os dinamismo econômicos, socioculturais e políticos necessários à reprodução e à expansão do capitalismo dentro de um espaço nacional. Portanto, cabem à revolução burguesa duas tarefas fundamentais. De um lado, é necessário superar os obstáculos que impedem a penetração e o funcionamento do capitalismo em bases nacionais. De outro, o processo de constituição de estruturas estatais deve criar condições para que as classes sociais se identifiquem positivamente com o regime burguês, condição indispensável para a sua afirmação como sistema econômico e social dominante. Nas sociedades emergentes que ainda não completaram o ciclo de consolidação de seu Estado nacional, tal processo significa: criar os requisitos materiais, socioculturais e morais indispensáveis para que a sociedade tenha acesso às estruturas e dinamismo econômicos de seu contexto civilizatório. O desafio consiste em universalizar a ordem social competitiva em todo o território nacional, consolidar a internalização de forças produtivas tipicamente capitalista e cristalizar um padrão de dominação totalmente subordinado aos interesses da burguesia industrial. (SAMPAIO JR, 1999, p. 156-157).



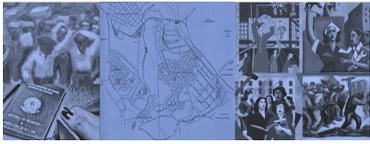
lado, os atores internos deste processo, no caso a própria burguesia, podem preferir uma associação ao capital transnacional, o que as levaria a abandonar tal perspectiva progressista e encerrar este processo revolucionário. No período de guerra fria, foi precisamente o que ocorreu no caso brasileiro (FERNANDES, [1974] 2020).

A ideologia do desenvolvimento, surgida no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, na entrada da Guerra Fria (PRADO, 2020), veio a influenciar fortemente o processo de industrialização brasileiro. A ideologia do desenvolvimento – capitalista, vale lembrar – toma este tanto como um processo histórico específico, quanto como um projeto político determinado e também como horizonte utópico (PRADO, 2020). É a partir da articulação e da formulação das teorias do desenvolvimento, de forma a se pensar as possibilidades de integração e convergência dos países periféricos, com base no entendimento de que o desenvolvimento é necessariamente articulado ao crescimento e industrialização, sempre em uma passagem do “pior ao melhor”, que a ideologia do desenvolvimento assume o papel de conciliar essa perspectiva dentro destes espaços nacionais. No Brasil, a ideologia do desenvolvimento, a nosso ver, assume a forma de ideologia do desenvolvimentismo.

Podemos, assim, falar sobre o que entendemos como industrialização. A industrialização foi tida, ao longo do século passado, como a forma pela qual se poderia alcançar o “desenvolvimento”, o que foi principalmente defendido pela ideologia do desenvolvimentismo; a partir da perspectiva da formação nacional, este processo se dá pela

constituição de um sistema industrial integrado e que tem no mercado interno o eixo dinâmico da economia. Refere-se a um processo que apresenta um comando nacional que permita atrelar o desenvolvimento industrial aos desígnios nacionais, possibilitando ter uma autonomia relativa frente ao sistema internacional e suprir as necessidades básicas de sua população. São faces interdependentes, que se não forem trilhadas em conjunto, enveredam a industrialização para a saturação, tornando-a suscetível a processos de reversão (ESPÓSITO, 2019, p. 153).

Defendemos que, no Brasil, esse processo se deu de forma concentradora a partir da modernização dos padrões de consumo. Foi um processo ancorado em mecanismos de financiamento externo, principalmente a partir da década de 1950 pois, ao não se interiorizar a acumulação de capital necessária para o avanço do processo de industrialização, este processo só poderia ser continuado a partir do aumento da



dependência e da vulnerabilidade frente ao capital transnacional, o que foi apoiado acriticamente pela ideologia do desenvolvimento no Brasil. Buscaremos tratar melhor disso nas próximas seções.

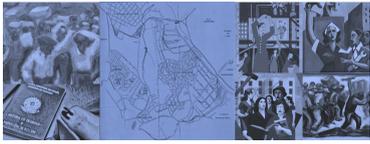
3. As substituições da industrialização brasileira

A Crise de 1929 marca o início do processo de industrialização no Brasil, industrialização essa com base na substituição de importações (ISI), mediante a restrição externa que aquele evento impôs ao país.⁵ A ISI, como o próprio nome denuncia, é um processo onde há a substituição de importações por produção interna, no qual se espera ter como consequências o aumento da autonomia de um país, transição da estrutura produtiva e aceleração do crescimento econômico. É um “processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (TAVARES, [1964] 2000, p. 230). Tavares chama atenção, no entanto, para o fato de que isso não significa que com isso se deseje acabar com as importações (TAVARES, [1964] 2000). A partir da crise de 1929, o Brasil precisou se voltar para dentro em seu processo de acumulação. Nas palavras de autora ([1964] 2000),

“o processo de substituição de importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. (TAVARES, [1964] 2000, p. 35).

Apesar das diferenças deste processo em cada país que o realizou, entende-se que o processo deve ser agregado, ou seja, não pode ser realizado em partes. Em outras palavras, não é – ou não deve ser – etapista – primeiro bens de consumo não duráveis, depois bens de consumo duráveis, bens intermediários para então chegar a bens de capital –, mas um processo conjunto:

⁵ Além da “teoria dos choques adversos”, interpretação mais usada neste capítulo, há outras visões para o início da industrialização brasileira, como a tese da industrialização induzida pelas exportações ou do capitalismo tardio. Este trabalho não busca esgotar essas discussões.

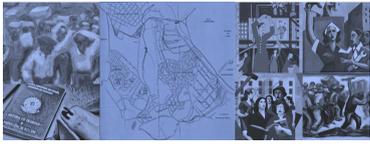


[...] podemos concluir que, nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário (para usar uma linguagem figurada) que o “edifício” seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período. (TAVARES, [1964] 2000, p. 235).

Na visão de Furtado, o processo de desenvolvimento – e industrialização – requeria um sistema econômico nacional integrado e ligado ao mercado interno (HADLER, 2009). Para Furtado, a acumulação apenas contribui para a formação de um sistema econômico e industrial nacional quando a própria acumulação segue as capacidades materiais da economia; a relação entre composição técnica do capital e modo de organização do trabalho é adequada à geração relativa de escassez relativa de força de trabalho; e quando a população e a nação têm autonomia sobre os meios e os fins de seu processo de desenvolvimento, mesmo inserida no sistema capitalista mundial (SAMPAIO JR, 1999). Além disso, o excedente econômico não poderia ser apropriado apenas pelos capitalistas, de forma a concentrar a renda, o que bloquearia a formação do mercado interno (HADLER, 2009).

Contudo, esse processo se concretizou, no Brasil, mediante a modernização dos padrões de consumo, processo este que diz respeito à mimetização dos padrões de consumo, por parte do Brasil, de padrões provenientes dos centros econômicos, sem, no entanto, alcançar internamente aqueles níveis de acumulação de capital e progresso técnico. Em outras palavras, foi concentrador de renda e voltado para as elites político-econômicas (FURTADO, 1974), o que tornou a industrialização frágil e passível de reversão. As contradições da ISI a tornaram, na visão furtadiana, sem planejamento e sem a necessária disseminação dos ganhos de produtividade às massas da população através da distribuição de renda, o que torna Furtado cada vez mais crítico deste processo e aos seus limites (HADLER, 2009).

Para Espósito (2019, p. 154), com “a expansão da substituição de importações o centro dinâmico da economia foi interiorizado e a dinâmica da economia passou a apoiar-se ao espaço econômico nacional”; no entanto, esse processo “não representou uma ruptura com o padrão de modernização responsável por perpetuar o subdesenvolvimento”. Assim, ao “mimetizar um padrão cuja capacidade tecnológica e



acumulativa ia muito além da estrutura do país, a industrialização substitutiva teve como principal característica a debilidade no padrão de oferta e de demanda, impossibilitando que a estrutura produtiva adquirisse solidez” (ESPÓSITO, 2019, p. 154).

Campos (2020) chama atenção para o papel da questão política – da necessidade de afirmação de Vargas – para o processo de industrialização no país, onde o então governo olharia para este processo “como a possibilidade de integração do mercado interno em uma tentativa de afirmação nacional” (CAMPOS, 2020, p. 61). Neste período – e isso será verdadeiro também na continuidade do processo de industrialização – não houve uma perspectiva de financiamento autônomo deste processo (CAMPOS, 2020), se é que isso seria possível. Exemplo disso é a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), fundada em 1941, que obteve financiamento dos Estados Unidos (ABREU, 2021).

É no período de 1930 a 1945, segundo a periodização de Bielschowsky (2007) e que também será aqui utilizada, que o ciclo ideológico do desenvolvimentismo se origina. Algumas características já poderiam ser encontradas neste início de sua formulação, segundo o autor, como uma defesa do protecionismo, ataques ao liberalismo e associação entre indústria e “progresso” (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 249). Neste período, o desenvolvimentismo e a indústria não tinham forças no contexto político-econômico, mas a década de 1930 – a partir da crise de 1929 – e a Segunda Guerra Mundial transformariam este cenário, tanto no alcance do ideário quanto no conteúdo do desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKY, 2007).

Quatro elementos deste período, que se desenvolveriam até o apogeu da ideologia do desenvolvimentismo, foram cruciais para essa tomada de consciência: primeiro, a perspectiva da viabilidade da implantação de um setor industrial integrado no país, de forma a ocupar todas as etapas da produção; segundo, a visão da necessidade de se centralizar recursos financeiros para propiciar a acumulação de capital necessária; terceiro, o papel do Estado enquanto indutor do investimento privado passa a ser mais aceito, e o planejamento ganha forças principalmente com a crise internacional do período e a desordem associada; e quarto, a maior força do nacionalismo econômico que surgiu no período. (BIELCHOSWSKY, 2007).



Essa primeira onda industrializante teve resultados já na composição do produto industrial, conforme demonstra a Tabela 1. É possível enxergar nos dados que houve um forte crescimento nos setores metalúrgicos (4,4% em 1919 e 7,6% em 1939), de equipamentos elétricos (0% em 1919 para 1,2% em 1939), na indústria química (3,6% em 1919 para 9,8% em 1939) e na produção de maquinários (0,1% em 1919 para 3,8% em 1939). Adicionalmente, a produção alimentícia continua com alta parcela na atividade industrial (não propriamente no setor secundário, neste sentido), com 20,6% em 1919 e 24,2% em 1939. Isso corrobora com a perspectiva de que o país ainda seria um potencial exportador de *commodities*.

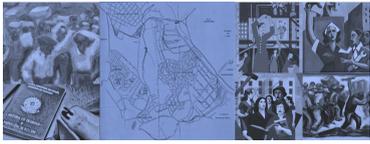
Tabela 1. Estrutura industrial brasileira em 1919 e 1939 - distribuição percentual do valor agregado total (setores escolhidos)

Setores da atividade industrial (setores escolhidos)	1919 (%)	1939 (%)
<i>Produtos de metal</i>	4,4	7,6
<i>Maquinário</i>	0,1	3,8
<i>Equipamento elétrico</i>	0	1,2
<i>Químicos, farmacêuticos, perfumes e velas</i>	3,6	9,8
<i>Produtos Alimentícios</i>	20,6	24,2

Fonte: Mattos & Alvarenga Jr. (2021, p. 73)

A década de 1950 é um momento de afirmação na ideologia do desenvolvimentismo e na perspectiva da industrialização brasileira. É entre 1948 e 1952 que amadurece esta ideologia, após o período de 1944 a 1947, que teria sido o início de seu amadurecimento (BIELSCHOWSKY, 2007). É aqui, por exemplo, que a campanha nacionalista do petróleo surge e se fortalece, além de uma maior consciência no projeto industrializante do país com o novo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) (BIELSCHOWSKY, 2007).

Se em período anterior, a Crise de 1929 e a 2ª Guerra Mundial tornaram os fluxos de capitais incertos e mais frágeis, o que obrigou um maior comprometimento nacional para com o financiamento do processo de industrialização, os anos 1950 se mostraram completamente diferentes. A nova fase na acumulação capitalista global agora depreendia a necessidade de expandir os fluxos de capitais após a recuperação

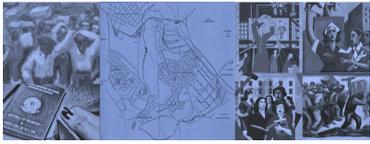


econômica e industrial da Europa no pós-Guerra para fora de espaços nacionais mais convencionais, ou seja, dos países “desenvolvidos”, para os países periféricos. Os Investimentos Diretos Externos (IDEs) e os fluxos de capitais financeiros (FURTADO, 1982) passavam a se tornar abundantes. Era o desenvolvimento do processo de transnacionalização do capital (FURTADO, 1976):

A incompatibilidade em se avançar nas fases mais complexas da industrialização de forma autônoma colocou na ordem do dia a necessidade de ancorar-se no capital internacional para ter acesso ao financiamento e à tecnologia indispensáveis para a evolução deste processo. Tal necessidade contou, a partir de meados dos anos 1950, com uma conjuntura internacional favorável, perante a emergência da transnacionalização do capital. (ESPÓSITO, 2019, p. 154).

Para o capital transnacional, era extremamente vantajoso se encaminhar para a periferia global. Afinal, com os processos de industrialização parciais que ocorreram, estava sendo formado um mercado mais amplo nestes países. No entanto, como também fala Espósito (2019), apesar de “o horizonte de valorização” ser transnacional, a base da estrutura de acumulação se dava ainda em escala nacional (ESPÓSITO, 2019, p. 155). A transnacionalização do capital, que se intensifica no país com o acirramento das contradições da ISI, desnacionalizava a indústria brasileira em prol do capital financeiro e da dominação tecnológica internacional, corroborando com o estrangulamento externo brasileiro (HADLER, 2009). O processo de modernização dos padrões de consumo, incompatível com a acumulação de capital da economia brasileira, ocorria em pleno vapor no período.

A industrialização substitutiva, periférica e dependente foi calcada na modernização dos padrões de consumo. Ela reafirma a dupla articulação (FERNANDES, 2020) – dependência externa e segregação social interna – na medida em que é um processo concentrador de renda ao transplantar técnicas e padrões de consumo mimetizados dos centros econômicos mundiais, o que estreita o mercado interno e orienta o processo de desenvolvimento para um ciclo vicioso (HADLER, 2009). Assim, contraditoriamente, a industrialização brasileira, para prosseguir no processo de modernização, ancora-se no capital transnacional, o que leva à desnacionalização da indústria e intensifica a dependência – tudo isso incentivado pela burguesia brasileira (HADLER, 2009).



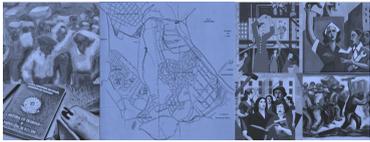
O papel do Estado para a concretização deste processo foi fundamental, visto que coordenou “grandes blocos de investimentos” de forma a ter relativo planejamento na industrialização; criou uma “infraestrutura necessária – em especial nas áreas de transporte e energia” e auxiliou na produção de bens intermediários e industrialização pesada; e estabeleceu “bases de associação com as empresas transnacionais a partir de um padrão de acumulação que lhes concedia privilégios, o que incentivou a entrada das mesmas no país” (ESPÓSITO, 2019, p. 156).

Exemplo desse processo de transnacionalização e recepção desses fluxos de capital foi a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – mecanismo amplamente utilizado no governo de Juscelino Kubitschek para o financiamento e manutenção de seu Plano de Metas – que permitia a importação de bens de capital, por parte de investidores estrangeiros, sem cobertura cambial, permitindo participação no capital próprio da empresa importadora. Certamente, esse foi um passo importante no processo de transnacionalização da economia e intensificação da dependência brasileira (CAMPOS, 2017).

A fim de ilustração deste processo que está sendo descrito, tem-se na tabela 2 a evolução dos IDEs em alguns países da América Latina. Nota-se o enorme salto que ocorreu entre o período 1951-1955 para 1956-1960. Aqui se demonstra, em termos de volume de IDEs, a maior transnacionalização da economia brasileira e, deste modo, pode-se derivar que a partir do avanço da industrialização ocorreu a intensificação das dependências cultural e tecnológica, no sentido de tentar sempre alcançar a extremamente dinâmica inovação tecnológica dos países centrais, o que obstaculiza a internalização do progresso tecnológico, sempre em função dos países centrais. (ESPÓSITO, 2019). Por sua vez, a dependência tecnológica intensifica a tendência ao estrangulamento das contas externas, impactando e aprofundando, deste modo, a dependência financeira do Brasil (ESPÓSITO, 2019).

Tabela 2. Investimento Direto Estrangeiro na América Latina (países selecionados). Milhões de dólares, preços correntes

<i>País</i>	<i>1946-1950</i>	<i>1951-1955</i>	<i>1956-1960</i>	<i>Total</i>
<i>Argentina</i>	-113,8	15,8	828,8	730,8



<i>Brasil</i>	219,6	350	743	1312,6
<i>México</i>	176,9	439,4	423,5	1039,8
<i>Venezuela</i>	1026,4	366,7	1550,8	2943,9

Fonte: Campos (2017, p. 100)

Segundo Hadler (2009), as novas formas de organização do capital em relação à produção se dão pela elevada capitalização das novas tecnologias que surgem e pela disseminação do progresso técnico para uma modernização e sofisticação cada vez mais intensa dos padrões de consumo, levando à sua homogeneização – pensando, aqui, nas economias centrais. Em economias periféricas, a implantação destas formas de organização agrava o desemprego estrutural e a concentração de renda existentes (HADLER, 2009). Desdobrar-nos-emos, agora, sobre como se deram estes processos no caso brasileiro a partir dos anos 1950, chamando a atenção para as mudanças que operaram na economia e nas formas de financiamento da continuidade da industrialização brasileira.

4. Os planos de desenvolvimento

O Plano de Metas (1957-1961), no governo de Kubitschek, não pode ser ignorado enquanto uma das mais importantes políticas que visavam o desenvolvimento no país – ao lado do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no governo civil-militar. Eram planos setoriais que incentivavam metas em setores estratégicos, como energia, transporte e infraestrutura, além do setor produtor de meios de produção, de forma a continuar um processo de industrialização pesada⁶ (FRANCA; CAMPOS, 2022). Segundo Lessa (1983, p. 27), o Plano de Metas seria, até aquele momento, “a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”.

O lema do Plano de Metas (“50 anos em 5”) escancara a força que a ideologia do desenvolvimento adquirira no Brasil – a hipótese colocada aqui é a possibilidade da superação do atraso brasileiro e a necessidade de um processo de modernização no país. O desenvolvimentismo, aqui em seu período de maturidade (BIELSCHOWSKY, 2007),

⁶ Siderurgia, metalurgia, bens intermediários, maquinários e petroquímica, entre outros setores (MELLO, [1982] 2009).



necessariamente influencia e guia os caminhos percorridos na economia brasileira. O programa de viés industrializante tinha metas específicas que foram relativamente atingidas, como por exemplo no caso da energia elétrica, da produção de petróleo e nacionalização de carros e caminhões. As metas de construção e pavimentação de rodovias foram plenamente atingidas e superadas, conforme pode-se ver na Tabela 3.

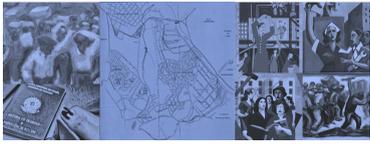
Interessante notar mais duas coisas na tabela: primeiro, em relação às metas de produção e refino de petróleo; o grau de realização do refino se mostrou extremamente abaixo do esperado, o que terá influências mais adiante, com os choques do petróleo da década de 1970. Em segundo lugar, observa-se as construções das malhas ferroviária e rodoviária. Se por um lado a produção de automóveis teve enorme influência no crescimento industrial brasileiro, por outro lado isso significou em uma maior preferência a formação de rodovias ao invés de ferrovias. Em um país continental como o Brasil, isso significa maiores custos de transporte.

Tabela 3. Previsões e resultados do Programa de Metas (1957-1961), setores escolhidos, metas físicas

<i>Metas específicas</i>	<i>Previsão</i>	<i>Realizado</i>	<i>% de realização</i>
<i>Energia Elétrica (1000 kw)</i>	2000	1650	83%
<i>Carvão (1000 t)</i>	1000	230	23%
<i>Petróleo – Produção (1000 barris / dia)</i>	96	75	78%
<i>Petróleo – Refino (1000 barris / dia)</i>	200	52	26%
<i>Ferrovias (1000 km)</i>	3	1	33%
<i>Rodovias – Construção (1000 km)</i>	13	17	131%
<i>Nacionalização (carros) (%)</i>	90	75	83%

Fonte: Orenstein & Sochaczewski (2021, p. 165)

O Plano de Metas, apesar de ter bem definidas suas perspectivas para um projeto de desenvolvimento capitalista, não conteve em si uma elaboração de programas de financiamento (ESPÓSITO, 2016). A atração de capital externo para financiar o Plano foi vital para seu relativo sucesso, e o papel das IDEs foram fundamentais – principalmente na forma de mercadorias e meios de produção, em sinergia com a Instrução 113 da SUMOC, aumentando portanto o capital constante fixo das



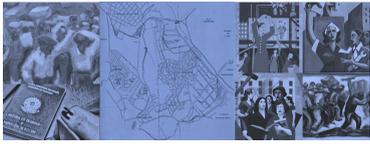
subsidiárias das empresas transnacionais que se instalaram no Brasil neste período (FRANCA; CAMPOS, 2022).

É interessante ver o volume de remessas de rendimentos ao exterior ao longo do período: de acordo com Franca & Campos (2022), houve remessas – lucros, dividendos, entre outros – no valor de US\$ 64,1 milhões ao ano, representando forte quantidade de valor que enquanto capital se valorizava no Brasil, mas para fins de acumulação retornava, em parte, para seu país de origem, o que está plenamente de acordo com a transnacionalização do capital em termos da finalidade da acumulação, mas restrito a espaços nacionais em termos de valorização. Linhas de crédito e empréstimos também aumentaram no período de forma a continuar o processo de industrialização no país. Nesse sentido, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Export-Import Bank of the United States (EXIMBANK) tiveram importante papel, apesar de não fundamental (FRANCA; CAMPOS, 2022).

Isso não quer dizer, contudo, que não houve aumento da participação estatal neste processo. O Estado agiu enquanto um centro nacional planejador deste projeto tanto na forma da formulação de metas quanto para captar os recursos externos necessários para financiar o Plano. Tanto o Estado tinha relativo controle que se utilizou do mecanismo inflacionário – a inflação, entre janeiro de 1958 e setembro de 1959, aumentou de cerca de 5% para próximo de 40% acumulados nos 12 meses anteriores pelo IGP-DI (BASTOS; COSTA, 2021) – para auxiliar no financiamento do programa, com a formação de poupanças “forçadas” (ESPÓSITO, 2016).

Os resultados do plano foram, na ótica do atingimento das metas, satisfatórios. Entre 1957 e 1961 o produto do Brasil cresceu 7,9% a.a, onde o setor de transportes cresceu 8,8% a.a. (LESSA, 1983). Ademais, houve aceleração no processo de substituição de importações de bens de capital. Segundo Lessa (1983, p. 86), o “coeficiente de participação dos equipamentos importados na oferta interna de equipamentos caiu de 54% em 1949 para 33% em 1958”. No entanto, os mecanismos de financiamento ancorados no setor externo deixaram marcas na economia brasileira que, além de difícil cura, viriam a ser o calcanhar de Aquiles do Brasil.

De 1956 a 1961, a dívida externa brasileira saltou de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 3,2 bilhões, atingindo US\$ 3,6 bilhões em 1963 [...], sendo que os juros, os quais entre 1956 e 1961 foram de US\$ 85,3 milhões em média a.a.,



passaram para US\$ 129 milhões entre 1962 e 1966, ao passo que as amortizações, que eram de US\$ 312 milhões em média a.a. para o período JK [Juscelino Kubitschek], passaram para US\$ 321 milhões em médias a.a. entre 1962 e 1966 [...]. (FRANCA; CAMPOS, 2022, p. 137).

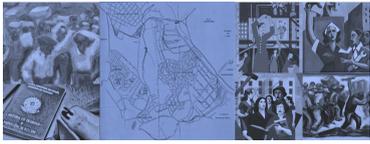
Com os financiamentos externos, os IDEs e a facilidade promovida pela Instrução 113 da SUMOC, houve um aumento da dívida externa do país e remessas de rendas para o exterior, e deste modo as empresas transnacionais se configuram como importante vetor do dinamismo da economia, como dirá Prado Jr ([1972] 2021)⁷:

O núcleo verdadeiramente dinâmico da indústria brasileira se constituirá em nada mais que uma constelação de filiais de empresas internacionais em cuja órbita girará quase tudo que a nossa indústria conta de mais expressivo. [...] Efetivamente, a posição dominante e decisiva que o capital internacional ocupa na economia brasileira tende permanentemente a reconduzi-la para a anterior situação centrada na função exportadora (PRADO JR, [1972] 2021, p. 107).

Neste período, mas não apenas, a articulação entre ideologia do desenvolvimento, desenvolvimentismo, dependência e industrialização se explicita. A perspectiva de desenvolvimento para o país aparece apenas na forma de inserção nos padrões globais de acumulação e dependência frente ao capital internacional. O desenvolvimentismo, enquanto ideologia e prática, ao conceber a industrialização como a imagem do desenvolvimento, de maneira acrítica aceita e promove este processo de industrialização dependente. A justificativa para isso é, exatamente, alcançar o desenvolvimento – horizonte utópico – a partir deste projeto de desenvolvimento – o Plano de Metas.

Dessa forma, o desenvolvimento capitalista, na problemática trabalhada no século XX, não se dá plenamente, na medida em que o processo não contempla as necessidades da população – a desigualdade social e a supremacia do capital sobre o trabalho se confirmam nos períodos seguintes, após o golpe civil-militar e a escolha pelo fim da revolução burguesa no país (FERNANDES, 2020). No entanto, o desenvolvimento entendido em uma perspectiva ontológica se realizou – o capital (transnacional) ingressou em áreas que antes não dominava plenamente, tanto extensivamente (ingresso nas regiões mais interioranas do país) quanto intensivamente

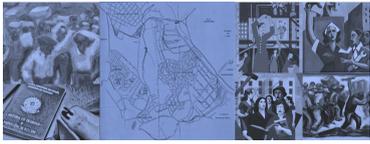
⁷ A última frase, se não tão explícita na época em que o autor escreve, fica mais clara à luz da desindustrialização pela qual o Brasil passa a partir de 1990, revertendo momentos da modernização capitalista pela qual o país passara, onde uma de suas faces é a reprimarização da pauta exportadora (SAMPAIO JR, 2020)



(penetrando nas áreas de financiamento de infraestrutura do país, por exemplo). A forma que o capitalismo brasileiro passa a trilhar, no entanto, é a forma do capitalismo dependente, marcado pela dupla articulação entre intensa dependência externa ao capital internacional e elevado grau de segregação social interna. Isto se relaciona com aquela conexão entre a forma de incorporação do técnico e a consequente forma de distribuição da renda, como discute Furtado (1974).

O início da década de 1960 transcorreu caoticamente, com a eleição e renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart. Com o esgotamento do Plano de Metas, a partir da maturação de seus investimentos, o processo de acumulação tem relativa estagnação; apesar do forte investimento em bens de consumo duráveis, os bens intermediários e de capital – indústria pesada – não foram tão contemplados por este plano (ESPÓSITO, 2016). Fato notável do período, e que se manterá nas décadas seguintes, é o recrudescimento inflacionário, em parte herdado pelo governo de Kubitschek – a inflação, em 1955, era de 11,8% ao ano, enquanto em 1960 alcançava 25,4% (MESQUITA, 2021). Por outro lado, a relação do país com o setor externo estava prejudicada, na medida em que houve deterioração dos termos de troca em 1958, aumento dos serviços para com o capital estrangeiro a partir do acúmulo de dívidas e passivo externo, e necessidade de maiores importações de bens de capital e intermediários, o que impactava no balanço de pagamentos do país (ESPÓSITO, 2016). Estavam dadas as bases para uma crise de financiamento, que viria a ser intensificada com a chegada de Goulart ao poder.

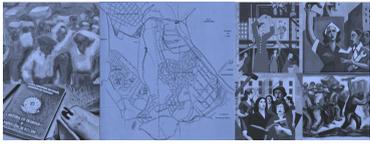
As inexoráveis contradições que essas condições impunham levava o governo Goulart a uma encruzilhada. As perspectivas de continuidade de uma revolução burguesa com conquistas sociais e certa dose de nacionalismo, como “as propostas de reformas de base – agrária, educacional, tributária, estatização das concessionárias do serviço público, direito à greve, etc.” (ESPÓSITO, 2016, p. 104), e a pretendida Lei de Remessas de Lucros, “a qual proibia a remessa de lucros provenientes de reinvestimentos” (ESPÓSITO, 2016, p. 104), levaram à burguesia brasileira a adotar um caminho de associação dependente ao capital internacional, repressão, fechamento do regime e intensificação da modernização dos padrões de consumo, concentradora e conservadora, o que influenciou no golpe civil-militar de 1964 (ESPÓSITO, 2016) –



golpe este que foi uma resposta a um momento de crise da hegemonia burguesa dentro de um contexto de Guerra Fria (FERNANDES, 2020). Neste modelo econômico que vinha a se construir, que Fernandes (1975) denominará de “modelo autocrático burguês”, encerrou-se o ciclo “democrático” do desenvolvimentismo – mas de maneira alguma terá sido o fim do desenvolvimentismo. Começa, agora, seu ciclo autoritário, resistente às mudanças sociais, concentrador e violento.

A inflação e o baixo crescimento – fenômeno conhecido como estagflação – estavam patentes na economia brasileira durante o primeiro governo militar, de Castello Branco. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi uma tentativa de, ao mesmo tempo em que se combatia a inflação, retomar o crescimento, a partir de um diagnóstico inflacionário de viés tanto ortodoxo quanto “heterodoxo”. Ao mesmo tempo em que se diagnosticava os déficits do governo como causa inflacionária – viés ortodoxo –, também se entendia que as políticas de aumentos salariais nos períodos anteriores tiveram importante contribuição no recrudescimento da inflação – viés “heterodoxo” (HERMANN, 2005). Se esse plano foi relativamente bem-sucedido na questão inflacionária, apesar de não ter cumprido as metas previstas – de uma taxa de inflação de 100% no primeiro trimestre de 1964 para cerca de 20% em 1969 (RESENDE, 2021) –, o crescimento econômico acabou sendo relegado a segundo plano entre 1964 e 1967 (em 1964 a taxa de crescimento do PIB foi de 3,4%; em 1965, de 2,4%; em 1966 há um aumento, de 6,7%; e novamente uma contração no valor em 1967, com taxa de crescimento de 4,2%) (ARAUJO, 2021a). A partir de 1969, inicia-se o período do “milagre econômico”, e parte da literatura entende que o PAEG armou as suas bases (HERMANN, 2005).

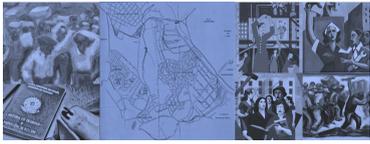
O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), adotado no governo de Costa e Silva, mais “desenvolvimentista” que o plano anterior, teria levado à cabo, a partir da maturação dos investimentos do Plano de Metas e da estabilização realizada no PAEG, a retomada dos investimentos privados e ampliação do mercado interno, possibilitando as altas taxas de crescimento vistas no período (HERMANN, 2005). O PED, cuja formulação era crítica da ISI, buscava basear o crescimento não mais no tamanho absoluto do mercado interno, mas em sua taxa de expansão e no mercado externo (ARAUJO, 2021a). O Programa previa metas de crescimento do produto de



mais de 6% ao ano, estimulando setores com capacidade ociosa (ou seja, sem aumento da capacidade produtiva) para depois estimular o investimento (de forma a aumentar a capacidade produtiva) (ARAÚJO, 2021a). O ciclo ideológico “autoritário” do desenvolvimentismo se desenvolvia – com perdão do trocadilho. Vale mencionar que neste período os fluxos de capital se intensificam em direção ao país, principalmente de capitais financeiros também a partir do mercado de eurodólares, formado em 1968.

Se entre 1968 e 1973 o Brasil cresceu a exorbitantes taxas de crescimento – o PIB cresceu em média 11% a.a. e a inflação chegou a 15% em 1973 (ARAÚJO, 2021b) –, o período seguinte seria mais conturbado. Questões internacionais nos padrões de acumulação alcançaram o país em 1973, com o primeiro choque do petróleo, o que levou a uma curta interrupção dos fluxos de capital para o Brasil em um momento que já se encontravam sinais de desaceleração no crescimento (ESPÓSITO, 2016), pondo um fim ao período do “milagre”. Se em um primeiro momento o mercado financeiro internacional fica abalado, a liquidez retorna pouco tempo depois com a entrada dos petrodólares em cena.

O Governo Geisel, em resposta, formula o II PND, que objetivava “completar o sistema industrial”, além de “solucionar o problema do estrangulamento externo, que era visto como uma consequência do fato do setor exportador ainda ser dependente de produtos primários” (ESPÓSITO, 2016, p. 129). Bens intermediários e de capital seriam alvo deste plano. A forma de financiamento, contudo, inseria o país ainda mais no contexto da dependência, “por meio da conexão ainda mais intensa e dependente do sistema financeiro brasileiro, recém-formado, ao novo sistema financeiro internacional regido pelo Euromercado [...]” (FRANCA; CAMPOS, 2022, p. 140). Novos empréstimos eram tomados, e o discurso oficial era da necessidade desse endividamento (poupança externa) para o país se desenvolver (FRANCA; CAMPOS, 2022) – vê-se, aqui, a importância da ideologia do desenvolvimentismo, que justificava o aumento da dependência e vulnerabilidade externa de forma a, então, realizar, politicamente (projeto), um processo de desenvolvimento (histórico) para alcançar o desenvolvimento (enquanto horizonte utópico) (PRADO, 2020). Não é à toa que a dívida externa brasileira vai “de US\$ 3,2 bilhões em 1964, para US\$ 6,2 bilhões em 1970, chegando a



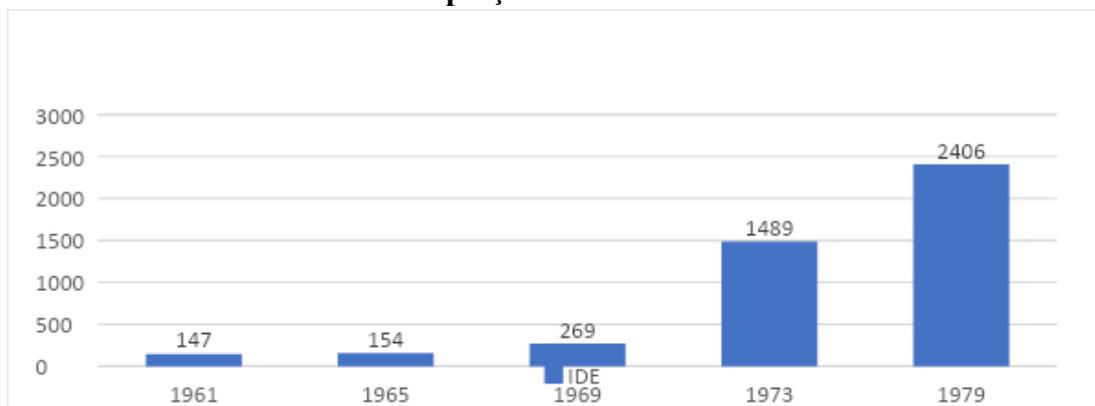
US\$ 25,11 bilhões em 1975 [...] e em 1985 já superava os US\$ 105 bilhões” (FRANCA; CAMPOS, 2022, p. 141) – com grande parte dessa dívida no setor estatal.

A situação se agrava no final da década, quando um novo choque do petróleo abala o globo. Em resposta, Paul Volcker, então presidente do FED, aumenta vertiginosamente as taxas de juros *prime* nos Estados Unidos da América (EUA), em 1979, evento conhecido como “choque de juros Volcker”. Esse processo rebaterá fortemente nas economias latino-americanas, visto que suas dívidas externas se baseavam em juros variáveis. O colossal aumento da dívida nestes países em decorrência dos eventos ocorridos no final da década levará ao que se convencionou chamar de “crise da dívida externa”, iniciada com a moratória do México, em 1982. Sua consequência foi a interrupção dos fluxos de capital para países como o Brasil, afetando negativamente o balanço de pagamentos dos países e gerando crises cambiais (ESPÓSITO, 2016) – o resultado disso foi a volta do processo inflacionário com enorme força. Ainda, segundo Espósito (2016), outro efeito da crise dos anos 1980 foi uma reformulação dos vínculos dos IDEs com os espaços nacionais, que tornava os centros econômicos de decisão cada vez mais solapados frente ao capital transnacional. Desenvolve-se, aqui, as bases daquilo que Furtado (1982) chama de “nova dependência”, a partir da articulação do monetarismo com a transição nos padrões globais de acumulação – o neoliberalismo ganhava forças para se tornar a ideologia hegemônica.

O período de 1950 a 1980 foi de alto crescimento, e não à toa Castro (2012) denomina este período de “convenção do crescimento”. No entanto, as altas taxas de inflação – e em tendência crescente a partir de 1970 – foram um fato do período, e o estoque da dívida externa bruta do país já alcançava US\$ 100 bilhões em 1983 (FRANCA; CAMPOS, 2022). Isso não é inesperado quando se analisa o crescimento dos fluxos de IDEs no país (Tabela 2): mais que dobrou entre quinquênios 1951-1955 e 1956-1960: de US\$ 350 milhões para US\$ 743 milhões. O Gráfico 1 explicita os dados sobre os IDEs no país para o restante do período, onde podemos ver que, em 1979, o volume total do fluxo de IDE no país chegou a US\$ 2,406 bilhões:



Gráfico 1. Fluxos de investimento direto estrangeiro no país, US\$ milhões em preços correntes

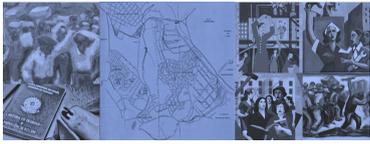


Fonte: Franca & Campos (2022, p. 134).

A ótica desenvolvimentista não deixou de ter forças no período, vide a formulação do II PND. A perspectiva era superar os gargalos da produção e a dependência externa, mas o caminho adotado foi justamente a intensificação desta dependência. A justificativa para essas ações advém da ideologia do desenvolvimento que impregnava o pensamento político e econômico no Brasil: a possibilidade de convergência com os centros, que Furtado (1974) decreta como um mito:

Se deixamos de lado as conjecturas e nos limitamos a observar o quadro estrutural presente do sistema capitalista, vemos que o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro [...] e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se. Com efeito: a crescente hegemonia das grandes empresas, na orientação do processo de acumulação traduz-se [...] nas economias periféricas, por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população. (FURTADO, 1974, p. 69).

A perspectiva de que a convergência é possível é, segundo Furtado (1974), incabível, a partir da observação do movimento do desenvolvimento do sistema capitalista. A ideia de difundir a forma de desenvolvimento dos países centrais para o resto do mundo é, para o autor, impossível, visto que a destruição da natureza e do mundo que seriam decorrentes deste processo levariam a vida humana ao colapso; deste modo, “o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria” (FURTADO, 1974, p. 75). Assim, o autor entende que o desenvolvimento econômico – entendido como alcançar os patamares dos países centrais – no caso dos países periféricos é um devaneio (FURTADO, 1974).



Mas, se o Plano de Metas foi um período de auge daquele ciclo do desenvolvimentismo – e foi financiado, em grande medida, pelo capital estrangeiro, justificado também pela ideologia do desenvolvimento –, neste o II PND demarcou outro ponto de máximo, mas que rapidamente se desfez – e não voltou a incentivar nossos ciclos ideológicos do desenvolvimentismo.

Já no final da década de 1960, Espósito (2016) indica que o crescimento do endividamento externo brasileiro se deu via empréstimos em moeda, possibilitado pela enorme liquidez do mercado financeiro internacional. Em especial, menciona a lei 4.131 – modificada em agosto de 1964 pela Lei 4.390 - como importante para o fortalecimento do ingresso do capital estrangeiro no país. Esta lei incluía os “reinvestimentos na base do cálculo das remessas de lucro e o aumento da alíquota de tais remessas de 10% para 12%. [...] permitiu-se a contratação de empréstimos em moeda estrangeira obtida de maneira direta pelas empresas sediadas no país” (ESPÓSITO, 2016, p. 109). Esses mecanismos possibilitaram um maior fortalecimento do capital estrangeiro no país e intensificaram a dependência externa, na medida em que os empréstimos pesavam o passivo externo do país, e a maior liberdade de remessas contribuía para a acumulação de capital nos padrões transnacionais; em contrapartida, o capital, mais móvel, voltava mais facilmente para a matriz, não contribuindo assim para o processo de industrialização no Brasil. A possibilidade de empréstimo externo de filiais estrangeiras no país aumentava seu poderio dentro do país, pois mais facilmente tinham acesso aos canais de transmissão de capital frente ao capital privado nacional.

O próprio II PND contribuiu para o aumento do endividamento e intensificação da dependência externos. Se, por um lado, pretendia-se completar a industrialização a partir do enfoque em bens intermediários e de capital, setores que ficaram atrasados com a industrialização desequilibrada proveniente do “milagre”, por outro objetivava-se resolver a questão do estrangulamento externo a partir da fortalecimento de setores exportadores de manufaturados (FURTADO, 1982). Certamente, o capital transnacional estava presente nesse processo:

Se numa primeira fase a penetração dessas empresas fez-se em função da ampliação do mercado interno, nesta segunda caberia a elas colaborar na reciclagem dos sistemas industriais periféricos a fim de fazê-los competitivos internacionalmente. Por esta forma, estendeu-se às economias periféricas o



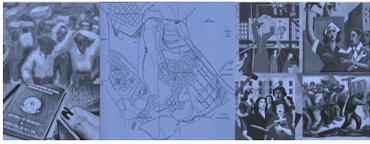
processo de integração transnacional das atividades produtivas há muito em curso nos países centrais. (FURTADO, 1982, p. 126).

Espósito (2016) elenca algumas razões para a perspectiva esperada de desenvolvimento não ter sido alcançada. Primeiro, “ainda que o capital internacional fosse minoritário nas *joint-ventures*, seu poderio econômico e tecnológico se sobrepôs à estrutural fraqueza da empresa privada nacional” (ESPÓSITO, 2016, p. 130). Segundo, a dinâmica industrial era levada à cabo pelos setores de bens de consumo duráveis e de capital, controladas pelo capital transnacional, e terceiro, a própria dependência em relação ao financiamento externo (ESPÓSITO, 2016).

Se nossa argumentação está correta, ou seja, se a dependência externa aumentou no período a partir da constante necessidade de fluxos de IDEs para equilibrar o balanço de pagamentos, o que gerou um estoque cada vez maior de dívida a partir das necessidades de pagamentos de serviços e amortizações, estava colocada em questão a reversão neocolonial (SAMPAIO JR, 2020) que, se naquele momento se apresentava enquanto potência, já na virada da década de 1980 para 1990 aparecia enquanto efetividade. Não se completou, deste modo, aquele sistema econômico e industrial nacional pretendido e que de fato articulasse as indústrias do país, necessário para a conformação da nação.

5. Considerações finais

A industrialização realizada no período foi frágil e dependente, o que foi evidenciado pela sua dependência financeira e tecnológica. Os centros nacionais de comando foram com o tempo solapados, principalmente a partir do segundo choque do petróleo e do choque de juros Volcker, que, com a moratória do México, decretariam o esgotamento do processo de industrialização brasileiro e do ciclo ideológico do desenvolvimentismo autoritário. O setor industrial, que vinha se construindo de maneira desequilibrada, passaria a ser desarticulado e desmontado no final da década de 1980 com a introdução do neoliberalismo. Vale mencionar, ainda, que apesar de, em teoria, a ISI necessitar ser simultânea em todos os setores industriais (TAVARES, 2000), em realidade os maiores planos de industrialização do país foram setoriais, onde o Plano de Metas, a partir de 1956, focou nos bens de consumo duráveis, e o II PND, a partir de



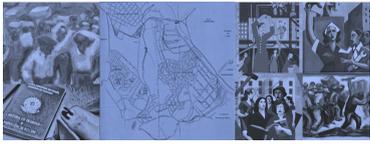
1974, teve como prioridades bens intermediários e de capital. Nesse sentido, a industrialização brasileira demonstrou-se etapista.

Ainda, durante todo esse período a industrialização e a modernização foram calcadas na mimetização de padrões de consumo trazidos dos países centrais, sem apreciação crítica das necessidades da população – isso explica o desenvolvimento de uma indústria automobilística em um país em que o Nordeste ainda subsistia com secas constantes. A ideologia do desenvolvimento, que no Brasil assumiu a forma do desenvolvimentismo, justificou e possibilitou essa industrialização dependente e periférica, ancorada no capital externo e no endividamento, passível de reversão – que logo se concretizaria.

As consequências sociais deste processo não podem ser esquecidas. O aumento da segregação social interna foi latente a partir do movimento de concentração de renda que o país viveu, levando a aumentos consideráveis da desigualdade (HADLER, 2009) – mesmo que tenha ocorrido aumento absoluto na renda das parcelas mais vulneráveis da população. A superexploração⁸ da força de trabalho foi – e ainda é – uma constante no período, principalmente ao não se difundir o progresso técnico de forma a quebrar os nexos de dominação econômica; ao contrário, reforça-se a dupla articulação existente e amplia-se um exército marginalizado do mercado de trabalho, suscetível ao desemprego e ao subemprego (SAMPAIO JR, 1999).

Os dados relativos ao ingresso de IDEs no país e os níveis de endividamento externo expostos ao longo do capítulo demonstram a intensificação da dependência financeira do país, o que teria sua manutenção a partir de 1980 com a maior subordinação aos agentes financeiros internacionais e seus representantes, como o FMI, erodindo os centros nacionais de decisão (HADLER, 2009). A industrialização dependente, que Furtado chama de industrialização subdesenvolvida, ao não romper com a lógica da modernização dos padrões de consumo, ancorada na ideologia do desenvolvimento, mantém a acumulação de capital descompassada com a formação de um mercado interno, a partir da concentração de renda e da impossibilidade da maior parcela da sociedade de ingressar no mercado interno senão como consumidores de bens

⁸A superexploração aqui é decorrente da comparação dos níveis de exploração das formações econômicas periféricas e dependentes em relação às centrais, onde a intensidade da exploração é massiva desde o período escravista, mesmo com aumento da produtividade do trabalho.



de subsistência (SAMPAIO JR, 1999). Entende-se, deste modo, que a janela de “superação do subdesenvolvimento” nunca esteve de fato colocada, visto que a própria industrialização brasileira era um movimento frente aos padrões globais de acumulação do período. Quando estes padrões mudam, a industrialização é revertida, e se inicia o processo de desindustrialização brasileira, uma das facetas da reversão neocolonial (SAMPAIO JR, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de P. "Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930-1945". ABREU, Marcelo (Org.). *A ordem do progresso*. Dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

ARAUJO, Vitor Leonardo F. C. de. "A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969)". ARAUJO, Vitor Leonardo F. C. de; MATTOS, Fernando Augusto M. de (Orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma*. Novas interpretações. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2021a.

ARAUJO, Vitor Leonardo F. C. de. "A macroeconomia do governo Médici (1969 - 1974): uma contribuição ao debate sobre as causas do “milagre” econômico". ARAUJO, Vitor Leonardo F. C. de.; MATTOS, Fernando Augusto M. de (Orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma*. Novas interpretações. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2021b.

BASTOS, Carlos P.; COSTA, Pedro de V. "O período JK e o Plano de Metas". ARAUJO, Vitor Leonardo F. C. de; MATTOS, Fernando Augusto M. de (Orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma*. Novas interpretações. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

BIELSCHOWSKY, Ricardo Alberto. *Pensamento econômico brasileiro*. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

BONENTE, Bianca A. I. Di M. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. *Marx e o Marxismo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2014.

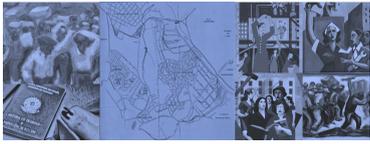
CAMPOS, Fábio Antonio de. "Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira". *Introdução à formação econômica do Brasil*. Herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. 2. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

CAMPOS, Fábio Antonio de. Industrialização brasileira e Instrução 113 da SUMOC. *América Latina en la historia económica*, v. 24, n. 2, p. 93–124, ago. 2017.

CASTRO, Antônio Barros de. A hipótese do crescimento rápido. Novos argumentos. *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1, p. 3–20, mar. 2012.

ESPÓSITO, Maurício. A importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização. 2016. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ESPÓSITO, Maurício. "Desindustrialização no Brasil: a contrapartida da industrialização dependente". PEREIRA, Leandro; ESPÓSITO, Maurício; LUBLINER, Theo (Orgs.). *A marcha do Curupira*. O



aprofundamento da reversão neocolonial os governos Lula e Dilma. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FONSECA, Pedro Cezar D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisas & Debate*, v. 15, n. 2(26), p. 225–256, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 1 (89), p. 133–148, mar. 2013.

FRANCA, Ackson G.; CAMPOS, Fábio Antonio. A inegociável dependência externa no planejamento brasileiro: a atuação do capital internacional no Plano de Metas (1956-1961) e no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 63, p. 127–164, ago. 2022.

FURTADO, Celso M. *A nova dependência*. Dívida externa e monetarismo. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso M. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso M. *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HADLER, João Paulo de T. C. Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado. 2009. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. *Economia brasileira contemporânea (1945 - 2004)*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

LESSA, Carlos Francisco T. M. R. de. *Quinze anos de política econômica*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MATTOS, Fernando Augusto M.; ALVARENGA JUNIOR, Marcio. "O primeiro mandato de Vargas: esforço industrializante com política econômica heterodoxa num cenário externo convulsionado". ARAÚJO, Victor Leonardo F. C. de; MATTOS, Fernando Augusto M. de (Orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma*. Novas interpretações. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2021.

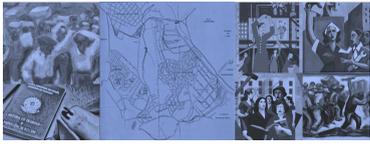
MELLO, João Manuel C. de. *O capitalismo tardio*. 11. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MESQUITA, Mário. Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964. ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso*. Dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento, 1956-1961. ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso*. Dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

PRADO, Fernando C. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil*. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

PRADO JR, Caio. *História e desenvolvimento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

RESENDE, André Lara. "Estabilização e reforma, 1964-1967". ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso*. Dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

SAMPAIO JR, Plínio de A. S. *Entre a nação e a barbárie*. Os dilemas do capitalismo dependente. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

SAMPAIO JR, Plínio de A. S. "Globalização e Reversão Neocolonial: o impasse brasileiro". CAMPOS, Fábio Augusto (Org.). *Introdução à Formação Econômica do Brasil*. Herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. 2. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil". BIELSCHOWSKY, Ricardo Augusto (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.